



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**01/05/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1 - 3
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	4

# **Preso o acusado de matar companheira no Parque Alvorada 2 em 2014**

## *O acusado foi preso em Santarém e transferido para Imperatriz*

**ANTÔNIO PINHEIRO**

**C**hegou na tarde de sexta-feira (28) vindo da cidade de Santarém/PA, José Reinaldo Gomes da Silva, 54 anos, recambiado do CTM daquela cidade, o mesmo tinha sido preso em 6 de Outubro de 2016, a prisão foi em cumprimento a um Mandado de Prisão Preventiva, decretado pela Juíza da 2ª Vara Criminal, Ana Lucrécia. O recambiamento de José Reinaldo foi uma determinação do dele-

gado Amarildo Passos Silva, da Polinter-MA.

O mesmo é acusado de ter assassinado Joana Silva Santos, 39 anos - ela foi morta com uma perfuração por arma branca na barriga -, crime ocorrido em 7 de Abril de 2014, o caso aconteceu na residência da vítima na rua Santa Helena, Parque Alvorada 2.

Ele foi apresentado na tarde de sexta-feira na Delegacia Regional de Segurança. Em conversa com o **Correio**, o acusado disse que no dia do crime estava bebendo com a

companheira - com quem tinha dois anos de relacionamento -, eles tiveram uma discussão e Joana teria pego uma faca e ido em sua direção, ele teria pego o objeto e cortado a mão da vítima, em seguida desferiu uma perfuração na barriga da mesma.

No final da tarde de sexta José Reinaldo foi levado para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz, antiga CCPJ, onde ficará aguardando decisão da Justiça.



Fotos: Divulgação



***José Reinaldo é acusado de ter assassinado a companheira no ano 2014.***



## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



### Ameaça à democracia

O projeto de Lei nº 280/2016, que trata do abuso de autoridade, aprovado pelo Senado Federal, coloca em risco as investigações criminais. Com pequenas alterações, os senadores inseriram várias “pegadinhas” no texto, visando obstruir e intimidar magistrados e membros do Ministério Público no exercício de suas funções.

O texto do projeto – que ameaça a democracia pela sobreposição de poderes constitucionais – traz mais de 30 condutas que podem ser consideradas abuso de autoridade, nas quais 20 são destinadas a juizes e membros do Ministério Público.

Além de inviabilizar a atividade judicial, o projeto cria obstáculos às operações de combate à corrupção, atingindo diretamente a independência dos Poderes constituídos.

O objetivo dos apoiadores da proposta – que criaram uma rede de corruptos em órgãos públicos, desviando recursos, fraudando, furtando em benefício próprio e em prejuízo do Estado brasileiro – é processar criminalmente o policial que os investiga, o procurador que os acusa e o juiz que os julga.

É em razão dessas práticas nocivas à democracia que se delineou no País um quadro de insatisfação que hoje se projeta nas ruas, como ficou demonstrado nas manifestações de protestos em todo o Brasil na última sexta-feira. É o esgotamento do formato de política adotado, que leva a população a perder a crença no Brasil e em seus representantes.

Por negligenciarem com o povo, os políticos estão sendo acordados pela sociedade que não quer mais viver o pesadelo de manter aqueles que todos os dias dão demonstrações de desrespeito à cidadania brasileira, agindo à revelia dos interesses da população, a favor da qual tem a obrigação de trabalhar. Além do repúdio às reformas da Previdência e Trabalhista, as manifestações em todo o país apontaram implacavelmente os erros cometidos na gestão dos recursos públicos, que resultaram na deterioração da saúde, educação, segurança pública e outras áreas importantes.

O nosso sistema político ainda está preso a um tempo pretérito e se afastou da sociedade civil que – além de ser obrigada a gastar alto percentual do que ganha com o seu trabalho para custear o que o Poder Público não consegue prover – tem ainda que se deparar com uma oferta de serviços ruins, de péssima qualidade, que pioram cada vez mais com a negligência dos políticos.

Em sentido estrito, o sistema político é o lado mais visível da crise, que expressa a decepção da população brasileira com a continuidade de atos ilícitos, onde um escândalo se sobrepõe a outro, dando a impressão de que a corrupção contamina os políticos indiscriminadamente.

A corrupção não pode continuar condenando a população brasileira a viver dentro de limites medíocres, criando um desencantamento com a política e com os políticos, diante da roubalheira da máquina pública, que leva o Brasil a perder a soma estratosférica de mais de R\$ 100 bilhões por ano com a corrupção. Mais de R\$ 1 trilhão foi desviado dos cofres brasileiros nos últimos doze anos. No mesmo período, a Controladoria-Geral da União (CGU) fez auditorias em mais de 20 mil contratos da União com Estados, Municípios e Organizações Não Governamentais (ONGs), tendo encontrado irregularidades em 85% deles.

Nesses contratos, a CGU flagrou desvios de mais de R\$ 10 bilhões. Com o dinheiro que escoia a cada ano para a corrupção – que corresponde a 2,3% de todas as riquezas produzidas no país – seria possível erradicar a miséria, elevar a renda per capita e reduzir a taxa de juros. A perda de produtividade provocada por fraudes públicas no Brasil atinge a casa de US\$ 4,7 bilhões por ano. Da mesma forma que estradas e portos bem estruturados melhoram a produtividade do País, instituições ineficientes diminuem o ganho da Nação.

Muito dinheiro que poderia ser investido na precária infraestrutura do País é desviado pela corrupção. O efeito disso para a população é lamentável, já que menos investimentos significam menos emprego e renda, inviabilizando o bem-estar da população. O custo social é muito grande, pois priva as pessoas de uma melhor qualidade de vida e de liberdade de escolha. A corrupção aumenta o risco e a incerteza no ambiente de negócios do País. Para se proteger disso, os preços dos bens e serviços acabam embutindo o custo da corrupção, como se fosse um imposto. Além de aumentar as incertezas, as fraudes públicas elevam as práticas oportunistas. Como alguns cometem atos ilícitos e não são punidos, os outros também adotam armas corruptas para competir. Há uma fragilidade sistêmica no Brasil, um processo de ‘africanização’.

Um dos problemas que elevam o índice de corrupção no Brasil é o número de mediadores no sistema. Da União até chegar ao destino estabelecido, o dinheiro passa por várias mãos, o que facilita a fraude. Resultado disso é a desigualdade entre as regiões. Mas há uma luz no fim do túnel. Há quem acredite que a criação de mecanismos de fiscalização pública do orçamento do governo contribuiria para reduzir as fraudes.

Mas isso precisa ser inteligível. Não adianta dispor de dados se não é possível fazer a leitura. Junta-se a isso à necessidade de redução da burocracia e a aprovação de leis mais racionais. Com as péssimas qualidades das leis, da governabilidade e do ambiente de negócios, as empresas hesitam em investir no País e deixam de criar emprego e renda para a sociedade.

A corrupção levou a população a perder a crença no Brasil e nos políticos. O déficit de democracia e de legitimidade das instituições políticas coloca em xeque a capacidade dos atuais representantes em compreender as novas dinâmicas sociais e políticas que se expressam nas ruas do País. Os políticos corruptos instalaram o caos no país, desprezando honestidade, a responsabilidade com a coisa pública e o espírito republicano voltado para a supremacia do bem comum, que deve orientar todas as ações em uma verdadeira democracia.